



# O registo de autoridade no contexto da Biblioteca do Exército: um contributo para a investigação

*Osório Miguel Soeiro dos Santos*

*Biblioteca do Exército, Portugal, osoriosantos121@gmail.com*

---

## Resumo

As normas internacionais relativas ao controlo de autoridades que têm vindo a ser produzidas pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) visam providenciar a consistência necessária aos catálogos, como forma de potenciar a partilha de dados bibliográficos a nível internacional. O Virtual International Authority File (VIAF) constitui-se a nível internacional, como o grande agregador de ficheiros de autoridade, criando um mega registo de autoridade, ligando entre si os registos produzidos pelas agências nacionais e outros grupos que contribuem para este agregador.

Neste contexto, esta comunicação tem como objetivo dar a conhecer o projeto que tem vindo a ser elaborado na Biblioteca do Exército, ao nível do trabalho e controlo de autoridades, em concreto, dos autores militares com produção literária no século XIX. O contributo destes registos de autoridade para a investigação científica é inequívoco, na medida em que contém informações relevantes acerca da entidade/pessoa. Assim, iniciou-se a utilização sistemática do bloco 3XX, nomeadamente o campo 340 (Nota biográfica e de actividade) do formato UNIMARC Autoridades. Através da consulta em publicações de referência, nos processos individuais dos militares armazenados no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Histórico da Marinha, têm-se criado registos de autoridade que contêm súmulas biográficas dos autores, contribuindo para o apoio à investigação e que podem ser exportados para o VIAF.

**Palavras-chave:** Controlo de autoridades, Registo de autoridades, VIAF, Authority Control, Biblioteca do Exército

---

## 1. Introdução e Método

Aquando da introdução dos computadores no trabalho de catalogação das bibliotecas gerou-se a ideia que as limitações de acesso aos registos bibliográficos se encontravam resolvidas através da simples conversão dos catálogos manuais em catálogos digitais, mas rapidamente se percebeu que o controlo de autoridades era um imperativo na melhoria e consistência dos catálogos (CLACK, 1988). No final da década de 70, com o emergir dos denominados Online Public Access Catalogs (OPACs) surgiram novos desafios ao trabalho da catalogação, em concreto, que informação é que os utilizadores procuram, o trabalho inerente à facilitação da recuperação, a normalização de procedimentos, o custo do controlo de autoridades, a partilha da informação inevitavelmente suportada pela criação de cabeçalhos autorizados. Associado a esses desafios, o registo de autoridade fundamentado na lógica, na precisão e consistência, desde sempre se constituiu como um elemento agregador que possibilita a disponibilização da informação. O valor dos registos de autoridade não se esgota na simples clarificação de uma entidade/pessoa e sua ligação aos registos bibliográficos.

A Biblioteca do Exército no seguimento do trabalho e controlo de autoridades que tinha iniciado com o estudo da sua coleção de livro antigo verificou que muitos dos autores militares com produção literária no século XIX não se encontravam no VIAF, o que dificultava sobremaneira a identificação precisa das autorias. Deu-se início a um trabalho de investigação que permitisse criar e, ou melhorar os registos de

autoridade dos militares com produção literária no século XIX observando um conjunto de critérios suportados por normativos, diretivas, recomendações nacionais e internacionais. Resultante da análise do contexto, verificando dificuldades existentes na identificação dos autores, optou-se por uma melhoria qualitativa dos registos através da utilização do campo 340, destinado a notas biográficas e de atividade. A Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) enquanto instituição participante no VIAF, utiliza o campo 830, que se destina a breves notas do catalogador, o que é naturalmente compreensível em função do volume de trabalho e das decisões internas da instituição. O preenchimento do registo de autoridade foi efetuado com base na pesquisa em fontes primárias ou com recurso a algumas obras de referência. Este trabalho proporciona registos de autoridade que não se confinam apenas à mera criação de ficheiros de autoridade que permitem a ligação entre os registos bibliográficos, mas à construção de registos que contêm também, informação pertinente e útil à investigação e que poderão vir a ser incorporados no VIAF ou em outras bases de dados.

## 2. Método

Durante a realização do estudo da Coleção de Livro Antigo da Biblioteca do Exército, a biblioteca foi confrontada com dúvidas e lacunas de informação sobre os autores das diferentes obras, que também se repercutia nos autores dos séculos XIX e XX. Deparou-se com situações distintas:

- Casos onde existia informação rigorosa e abundante sobre os autores na biblioteca;
- Casos em que não existia informação na biblioteca, mas que se poderia encontrar em bases de dados de referência internacional, em particular no VIAF, contudo sem qualquer referência a datas de nascimento e ou falecimento, o que dificultava a identificação dos autores;
- Casos em que não existia informação disponível nem na biblioteca, nem em outras bases de dados na Internet.

Perante esta situação elaborou-se uma diretiva técnica tendo como suporte os normativos das Recomendações para a Construção de Registos de Autoridade de Autor Pessoa Física, as Regras Portuguesas de Catalogação e o Manual UNIMARC: formato autoridades, com o intuito de prover instruções claras para o preenchimento do registo de autoridade. Assim, foram definidos campos de preenchimento obrigatório em geral e especificações para o caso de autores militares com produção bibliográfica no século XIX.

Tendo-se verificado que um grupo bastante alargado de agências internacionais que contribuem para o VIAF utiliza o campo 300, do bloco 3XX ou o bloco 6XX, do formato autoridades, para a descrição de notas históricas, biográficas e de actividade, em contraste com a Biblioteca Nacional de Portugal, que o faz no campo 830 correspondente a notas do catalogador. A Biblioteca do Exército optou por utilizar o campo 340, por ser esse o campo previsto no UNIMARC: formato autoridades, para «...registar pormenores biográficos ou históricos, ou notas de atividade sobre a entidade registada nos campos 2--..» (IFLA, 2001a). Para uniformizar e dar consistência ao campo 340 ficaram estabelecidas na diretiva técnica as informações relevantes e pertinentes para dar corpo a um preenchimento ordenado e coerente do referido campo, no que concerne aos autores militares do século XIX:

- (1). Categoria (Posto): correspondente à patente que atingiu na sua carreira militar;
- (2). Datas de promoção: relativas às patentes que o militar atingiu;
- (3). Desempenho de funções relevantes do ponto de vista militar e literário: todas as funções consideradas de relevo no seu curriculum militar e profissional;
- (4). Agraciamentos: ordens honoríficas com que foi agraciado;
- (5). Condecorações: medalhas militares e outras;
- (6). Lista de publicações relativas à autoridade: autorias, coautorias, etc.,

Para obtenção dos elementos de informação necessários ao preenchimento do campo 340, consultaram-se os processos individuais dos militares existentes no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo Histórico da Marinha, e em publicações de referência, com destaque para o *Dicionário Bibliográfico Militar Português*, para a coleção *Os Generais do Exército Português* e para o *Dicionário Bibliográfico Português: estudos de Inocêncio Francisco da Silva*.

### 3. Discussão e Resultados

#### 3.1. O contexto e enquadramento normativo

A Library of Congress (LC) foi a grande impulsionadora do desenvolvimento da descrição bibliográfica e consequentemente dos registos de autoridade. O formato MARC 21 resulta de um longo trabalho da LC com o intuito de prover um formato padronizado que permite comunicação de descrições bibliográficas em formato legível por computador. Paralelamente ao MARC 21, em 1985 foi desenvolvido pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), o formato UNIMARC. A IFLA tem vindo a constituir-se como a organização de referência na normalização da descrição bibliográfica, produzindo desde a década de 80 orientações para a organização e partilha internacional de dados bibliográficos e de autoridade.

Em 1984 foram emanadas as *Guidelines for Authority and Reference Entries (GARE)* seguidas de uma segunda edição *Guidelines for Authority Records and Reference (GARR)*, que especificam os requisitos para o modelo de visualização dos registos de autoridade, incluindo um *International Standard Authority Data Number (ISADN)* e que preconizam o uso de um ou mais cabeçalhos autorizados, visando a troca de informação a nível internacional (IFLA, 2001).

O grupo de trabalho IFLA/UBCIM publicou em 1998, os *Mandatory data elements for internationally shared resource authority records*, definindo alguns elementos essenciais à partilha de registos de autoridade, mas permitindo às agências nacionais conservar os seus próprios registos de autoridade, no respeito pelas diferenças linguísticas e culturais (IFLA, 1998).

O UNIMARC Manual / *Authorities Format* publicado em 1991 e que conta com uma 2.<sup>a</sup> edição revista e alargada em 2001 estabelece a linguagem de codificação dos registos de autoridade e tem como principal propósito «...to facilitate the international exchange of authority data in machine-readable form among national bibliographic agencies...» (IFLA, 2001a).

O modelo conceptual *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)* desenvolvido pela IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR) segue a lógica e complementa ao nível das autoridades o modelo relacional dos *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*, (IFLA, 1998a). Tratando-se de um modelo teórico de alto nível tem como objetivos fundamentais a estruturação e relacionamento dos dados que compõem os registos de autoridade e a partilha internacional, não se circunscrevendo apenas às bibliotecas (IFLA, 2013).

O trabalho e controlo de autoridades visam a criação, manutenção/atualização e ligação entre o cabeçalho autorizado e os registos bibliográficos proporcionando a qualidade e consistência de um determinado catálogo. Petrucciani (2009) afirma que apesar da sua relevância, essa tarefa sempre foi de certa forma relegada para um segundo plano, sendo considerada o parente pobre da catalogação. O contínuo processo de construção de normativos, modelos e formatos tem tido desde sempre o desiderato da interoperabilidade e partilha dos dados de autoridade a nível internacional. Desde o início do processo de automação das bibliotecas, que se iniciou o debate acerca da criação de uma base de dados internacional virtual que permitisse a pesquisa de variantes de cabeçalhos autorizados, ainda que estes não fossem os utilizados nesse país.

Tillet (2004) afirma a necessidade de um ficheiro de autoridade virtual como uma estrutura funcional com uso de ontologias que permita aos utilizadores a pesquisa e exibição de resultados no seu idioma, ao mesmo tempo que se reduzem os custos, na medida em que a partilha do ficheiro de autoridade dispensa a criação de um ficheiro de raiz, aumentando a produtividade dos bibliotecários pela eliminação de trabalho redundante.

Com o propósito de implementar um ficheiro de autoridade virtual surgiu o VIAF. O Virtual International Authority File resultou de um projecto iniciado em 1998 e formalizado em 2003 pela Biblioteca do Congresso, a Biblioteca Nacional Alemã e a Online Computer Library Center (OCLC) na 69.ª Conferência da IFLA realizada em Berlim. A este grupo juntou-se em 2007 a Biblioteca Nacional de França (BNF). Em 2012 o VIAF foi integrado como um serviço da OCLC e atualmente conta com o contributo de 38 bibliotecas nacionais de 30 países (OCLC, 2018) e outros organismos. O VIAF funciona como um agregador de registos de autoridade elaborados em diferentes países e que representam a mesma entidade, disponibilizando em linha, um mega registo de autoridade com um identificador próprio, o que possibilita a coexistência das diferentes representações da mesma entidade. Portugal aderiu ao VIAF em 2010. De acordo com o Annual Report to VIAF Council (OCLC, 2014), à data de Junho de 2014, a contribuição portuguesa para o VIAF era de 297 269 registos de autoridade/pessoa física.

### **3.2. Resultados e contributo da Biblioteca do Exército**

O trabalho resultante deste projeto produziu até Maio de 2018, duzentos e noventa e cinco registos de autoridade de acordo com as definições estipuladas para o efeito. Cerca de 40 % dos registos de autoridade foram concluídos com recurso à consulta em fontes primárias, ou seja com base na consulta dos processos individuais dos militares solicitados ao Arquivo Histórico Militar e ao Arquivo Histórico da Marinha e que implicaram um gasto de aproximadamente 50 horas de consulta. Estes registos contam com um maior e superior detalhe, que deriva da quantidade e qualidade da informação obtida nos processos. Boa parte dos restantes registos foi possível elaborar através do complemento de informação obtida no *Dicionário Bibliográfico Português: estudos de Inocêncio Francisco Ferreira*, no *Dicionário Bibliográfico Militar Português: General Francisco A. Martins de Carvalho*, na obra *Os Generais do Exército Português (2005-2016)*, associada a informação disponível em linha, no Portal da História (<http://www.arqnet.pt/portal/biografias/index.html>), e no Portal de Genealogia (<https://geneall.net/pt/>).

Abaixo apresenta-se a título de exemplo, um registo de autoridade criado no âmbito deste trabalho, de um militar, com actividade literária no século XIX:

Costa, Alfredo Augusto de Oliveira Machado e, 1870-1952. Coronel. Assentou praça como voluntário no Regimento de Cavalaria N.º 2 em 11 de agosto de 1887. Frequentou o Colégio Militar e o Curso Preparatório para a Arma de Artilharia. Promovido a 2.º Tenente em 29 de dezembro de 1892, 1.º Tenente em 10 de janeiro de 1895, Capitão em 8 de junho de 1911, Major em 18 de março de 1916, Tenente-Coronel em 16 de fevereiro de 1918, Coronel em 16 de março de 1920. Bacharel formado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi Professor do Real Colégio Militar, Professor Assistente e mais tarde Professor Catedrático da Faculdade de Ciências de Lisboa. Desempenhou funções de Adjunto do Depósito Geral de Material de Guerra. Foi nomeado representante de Portugal na Secção Vulcanológica da União Geofísica Internacional. Em 24 de maio de 1926 foi nomeado representante do Governo Português no Congresso Internacional de Geologia em Madrid. Foi Diretor do Instituto Comercial de Lisboa em 1926. Por Decreto de 5 de janeiro de 1928 foi nomeado Ministro do Comércio. Agraciado com os graus de Grande-Oficial e Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis, Grã-Cruz da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de S. Tiago, Cruz de 3.ª Classe da Ordem do Mérito Militar de Espanha. Condecorado com a Medalha Militar de Prata da Classe de

Comportamento Exemplar. Autor de: O Colégio Militar. Memória Histórico-Pedagógica. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1922; Evolução geográfica das formas actuais. Lisboa: Tip. Cooperativa Militar, 1904.

O exemplo acima descrito contrasta com o registo de autoridade do autor «Costa, Alfredo Augusto de Oliveira Machado e, 1870-?», extraído do VIAF, que não faz referência à data de falecimento (-?) e apenas descreve no campo 830 breves notas «Autor de estudos de Geologia e Mineralogia. Prof. Univ. e Oficial do Exército».

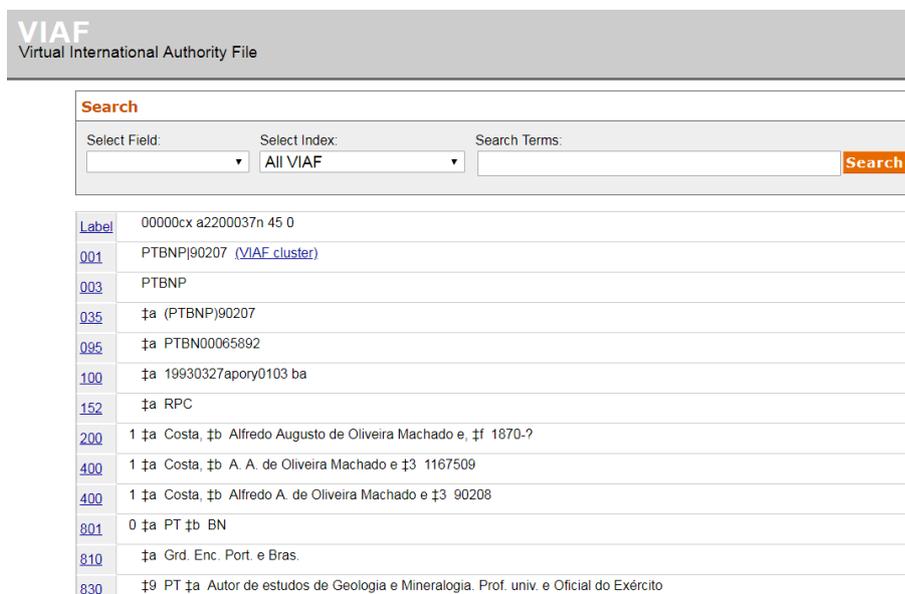


Fig. 1 Registo VIAF referente a Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa

O nosso trabalho, também tem identificado pequenos erros relativamente a autores, que embora possam ter o mesmo nome, não são a mesma pessoa física. A título de exemplo destaca-se a seguinte situação: Ferreira, José Joaquim, ca 18--, é identificado no VIAF como autor de «Manual de hipiátrica ou guia nacional para a escolha, o trato, e o aperfeiçoamento do cavalo em relação aos seus diferentes serviços domésticos...» e autor de «Recordações da expedição da Zambézia em 1869». Segundo o Dicionário Bibliográfico Português: estudos de Inocêncio Francisco da Silva, a primeira obra, anteriormente referenciada pertence a José Joaquim Ferreira, aluno distinto da antiga Escola Veterinária da qual foi posteriormente Lente substituto, falecido em 1856. Assim em bom rigor, o autor de «Recordações da expedição da Zambézia em 1869» é Ferreira, José Joaquim, 1842-1898, Tenente-Coronel de Artilharia, que fez toda a campanha da Zambézia em 1869, informação verificada através da consulta do seu processo individual no Arquivo Histórico Militar.

Seguidamente apresenta-se um quadro resumo dos registos de autoridade objeto do presente trabalho:

Total de Registos de autoridade criados	295
Registos de autoridade encontrados no VIAF	189
Registos de autoridade não constantes no VIAF	45
Registos de autoridade constantes no VIAF sem datas de referência	19
Registos de autoridade constantes no VIAF sem datas de nascimento e ou falecimento	35
Registos de autoridade constantes no VIAF com data de nascimento errada	4
Registos de autoridade constantes no VIAF com data de falecimento errada	1

Registos de autoridade constantes no VIAF com  
atribuição errada de registos bibliográficos

2\*

\*Ferreira, José Joaquim, ca 18-- / Ferreira, José Joaquim, 1842-1898

\*Barreiros, Fortunato José, 1797-1885 / Barreiros, Fortunato José, 1754-1830

#### 4. Considerações finais

O registo de autoridade constitui-se como o garante da clareza e consistência de um qualquer catálogo. Ao estabelecer o cabeçalho autorizado para determinados pontos de acesso o ficheiro de autoridade torna possível a ligação direta aos dados bibliográficos relacionados com um determinado autor. A partilha de dados bibliográficos a nível internacional é uma mais-valia no universo da catalogação, na medida em que se eliminam redundâncias e se poupam recursos. Neste contexto o VIAF tem demonstrado ser uma plataforma indispensável na disponibilização em linha de registos de autoridade, dispensando a criação e ou duplicação de ficheiros de autoridade fornecidos pelas agências que contribuem para esse agregador.

Sendo a Biblioteca do Exército uma biblioteca especializada, procura consubstanciar-se como uma instituição que disponibiliza fontes de informação com matriz militar. O controlo de autoridades dos registos de autores do século XIX resulta de um trabalho de investigação que pressupõe a afetação de recursos humanos, contudo o seu resultado traduz-se na produção e disponibilização de registos de autoridade assentes no princípio da lógica, da consistência, qualitativamente superiores e interessantes do ponto de vista científico. Tillet (2004) infere que os registos bibliográficos e de autoridade são um tesouro em benefício dos utilizadores para além das bibliotecas. Assim, com a disponibilização destes registos, na rede de bibliotecas da defesa, no VIAF através da Biblioteca Nacional de Portugal, que é a instituição portuguesa que envia regularmente os seus dados de autoridade e bibliográficos, e, em outras bases de dados internacionais, para além de se assegurar a ligação correta entre os registos bibliográficos, partilha-se conhecimento e facilita-se o trabalho de investigação científica.

#### 5. Bibliografia

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva (2013) - *O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais*. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/342/307>

CAMPOS, Fernanda Maria – *Controlo de autoridade: novos contextos e soluções*. [em linha]. [Consult. em 17.03.2018]. Disponível em <http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/12manha/controlodeautoridade.doc>

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de (1976-1979) - *Dicionário Bibliográfico Militar Português*. Lisboa. Academia das Ciências de Lisboa. 2 volumes

CLACK, Doris Hargrett (1990) – *Authority control: principles, applications and instructions*. Chicago: American Library Association. ISBN 978-083-89051-6-6

GORMAN, Michael (2004) - *Authority Control in the Online Environment*. *Cataloging & Classification Quarterly*. Volume 38, 2004. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/b644/7f2b09f5aeccac6623cc31cbc4d7ec9f652f.pdf>

IFLA UBCIM (1998) - *Mandatory data elements for internationally shared resource authority records*. Frankfurt : IFLA.

IFLA (1998a) - *Functional Requirements for Bibliographic Records*. Final report / IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records München : Saur, 1998 (UBCIM publications ; N.S., Vol. 19) ISBN 3-598-11382-X. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr.pdf>

IFLA (2001) - *Guidelines for authority records and references* / revised by the Working Group on GARE Revision. Second edition. München : K.G. Saur, 2001. ISBN 978-3-598-11504-2. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <http://archive.ifla.org/VII/s13/garr/garr.pdf>

IFLA (2001a) - *UNIMARC Manual: Authorities Format*. 2nd revised and enlarged edition. München : K.G. Saur, 2001. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <http://www.ifla.org/VI/8/projects/UNIMARC-AuthoritiesFormat.pdf>

IFLA (2013) – *FRAD Conceptual Model with 2009 and 2013 corrections*. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad\\_2013.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf)

MARTINS, Maria Catarina Barradas (2014) - *Indexação e controlo da terminologia em bibliotecas do ensino superior politécnico em Portugal: o sistema no Instituto Politécnico de Portalegre*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. ISBN 978-84-9012-411-6. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7171/1/TESIS%20346.pdf>

OCLC (2014) - *2014 OCLC Report to VIAF Council*. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://www.oclc.org/content/dam/oclc/viaf/OCLC-2014-VIAF-Annual-Report-to-VIAF-Council.pdf>

PETRUCCIANI, Alberto (2009) – The other half of cataloguing: New models and perspectives for the Control of Authors and Works. *Cataloging & Classification Quarterl.* V. 38.3-4, p. 135-141. [Em linha] . [Consult. em 17.03.2018] Disponível em: [https://doi.org/10.1300/J104v38n03\\_12](https://doi.org/10.1300/J104v38n03_12)

SOARES, Alberto Ribeiro, COSTA, António José Pereira da (2005-2016) - *Os Gerais do Exército Português*. Lisboa: Biblioteca do Exército. 7 Tomos

TILLET, Barbara B. (1989) - Research and theoretical considerations in Authority control. In *Authority Control in the Online Environment: Considerations and Practices*. New York: The Haworth Press, 1989. ISBN 0866568719

TILLET, Barbara B. (2002) - A Virtual International Authority File (VIAF). *Workshop on Authority Control among Chinese, Korean and Japanese Languages* (CJK Authority 3) [Em linha] March 14 – 18, 2002, Karuizawa, Tokyo, Kyoto. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://www.nii.ac.jp/publications/CJK-WS/cjk3-08a.pdf>

TILLET, Barbara B. (2004) – *Cataloging for the future*. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <http://hdl.handle.net/2142/14402>

VIAF (2018) - *Virtual International Authority File*. [Em linha]. [Consult. em 17.03.2018] Disponível em <https://viaf.org/>